



SOLAIRE DIRECT HOLDING BRASIL S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

CNPJ N° 22.800.301/0001-32

NIRE N° 35 3 0047943 2

Endereço: Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 716, Andar 2 - Cidade Monções - São Paulo - SP - CEP 04751-926



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Solairedirect Holding Brasil S.A. S.A. ("Solairedirect Holding" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma *holding* que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu ("Conjunto"). A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorizou a exploração do Conjunto, o qual possui potência instalada de 218 MW e capacidade comercial de 59,1 MW médios e está localizado no município de Paracatu (MG) e Areia Branca (RN), sendo composto por 7 centrais fotovoltaicas (centrais).

Central Fotovoltaica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWm)	Data de entrada em operação comercial
Floresta I	32	9,4	23.12.2017
Floresta II	32	9,4	23.12.2017
Floresta III	22	6,3	23.12.2017
Paracatu I	33	8,5	09.01.2019
Paracatu II	33	8,5	09.02.2019
Paracatu III	33	8,5	09.01.2019
Paracatu IV	33	8,5	09.01.2019

A Solairedirect Holding não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado nas Centrais.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Solairedirect Holding Brasil S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE Brasil Energia é uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

3. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira em 2023 apresentou desempenho levemente superior ao projetado pelos economistas e pelo mercado, com inflação mais controlada e corte nas taxas de juros. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 2,9%, ajudado pelo bom desempenho do mercado de trabalho formal e do agronegócio. O país colheu uma supersafra e se beneficiou de preços ainda elevados das commodities no cenário internacional. Se em 2022, a maior parte da contribuição para o PIB veio da indústria e dos serviços, em 2023 o impulso veio do agronegócio e das atividades de extração. Os setores industrial e de serviços continuaram sendo afetados pelos juros em patamares ainda altos.

A inflação baixou gradualmente e encerrou o ano em 4,62%, portanto, dentro da meta estipulada pelas autoridades (de até 4,75%). A valorização do real e o choque de preços das commodities, que aumentaram cerca de 20% em 2022 e caíram em 2023, puxaram o índice de preços para baixo, assim como o aumento da oferta de alimentos. O dólar PTAX encerrou o ano em R\$ 4,84, 7,1% menor que a cotação ao final de 2022, que era R\$ 5,21.

O alívio inflacionário permitiu que o Banco Central iniciasse seu ciclo de queda da taxa Selic, com o primeiro corte anunciado em agosto. Ainda que continue alta, a taxa básica de juros da economia começou 2023 em 13,75% e terminou o ano em 11,75%, com mais sinalizações de cortes pela frente.

4. Desempenho Operacional

Em 2023, a geração total bruta obtida pelas empresas controladas da Paracatu Holding foi 213,7 GWh, praticamente estável frente ao valor observado em 2022, de 213,5 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2023 foi de 98,1%, 1,5 p.p inferior ao observado em 2022, de 99,6%. A geração



total bruta obtida pelas empresas controladas da Floresta Holding em 2023 foi 183,1 GWh, número 15,7% superior aos 158,3 GWh obtidos em 2022. O índice de disponibilidade, considerando-se todas as paradas programadas, atingido em 2023 foi de 100%, 4,0 p.p acima dos 96,0% observados em 2022.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2023	2022	Varição	Varição %
Receita operacional líquida	183.691	181.867	1.824	1,0
Lucro bruto	81.394	102.530	(21.136)	(20,6)
Margem bruta	44,3%	56,4%		(12,1 p.p.)
Resultado do serviço (Ebit)	80.178	96.938	(16.760)	(17,3)
Ebitda (Lajida) ¹	127.611	135.831	(8.220)	(6,1)
Margem Ebitda (Lajida)	69,5%	74,7%		(5,2 p.p.)
Resultado financeiro	(50.960)	(59.900)	8.940	(14,9)
Lucro líquido do exercício	-7.832	24.213	(32.045)	(132,3)

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + tributos sobre o lucro + depreciação e amortização

Comentário sobre as principais variações

Lucro bruto: a variação observada entre os períodos decorre, principalmente, pela redução na receita com distribuidoras em decorrência do sinistro ocorrido em 2023 nas empresas controladas da Paracatu Holding, e atenuado pelo reconhecimento de receita com seguros, bem como pelo acréscimo de receita das controladas da Floresta Holding.

EBITDA: a variação é motivada, principalmente, pelo evento supramencionado, bem como pelas compras de energia realizadas em 2023. A variação é atenuada pela redução das demais despesas operacionais (gerais e administrativas).

Resultado financeiro: a variação é proveniente, substancialmente, do aumento nas rendas de aplicações financeiras em decorrência de maior disponibilidade de caixa, bem como pela redução nos juros sobre empréstimos.

Lucro líquido do exercício: redução motivada pelos efeitos anteriormente citados, acrescidos de um aumento nos impostos (receita de seguros).

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2023.

8. Agradecimentos

A Administração da Solairedirect Holding Brasil S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2023.

A Administração



SOLAIRE DIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ Nº 22.800.301/0001-32 | NIRE Nº 35 3 0047943 2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	602	34.397	213.801	227.751
Contas a receber de clientes	5	-	-	19.312	18.374
Dividendos a receber	7	1.740	5.827	-	-
Indenização de seguros	16	-	-	131.328	-
Outros ativos circulantes		2.117	1.845	15.159	10.841
		4.459	42.069	379.600	256.966
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Depósitos vinculados	6	-	-	27.045	26.132
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-	4.266
Outros ativos não circulantes		-	-	5.978	2.597
		-	-	33.023	32.995
Investimento	7	418.188	473.509	-	-
Imobilizado	8	-	-	932.452	1.075.694
Intangível		-	-	25.247	27.153
		418.188	473.509	990.722	1.135.842
TOTAL		422.647	515.578	1.370.322	1.392.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SOLAIRE DIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ Nº 22.800.301/0001-32 | NIRE Nº 35 3 0047943 2
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	275	-	26.134	15.946
Dividendos	12	-	1.187	-	1.187
Financiamentos	11	-	-	54.867	51.469
Ressarcimentos às distribuidoras	13	-	-	60.096	24.022
Outros passivos circulantes		2	305	31.250	12.767
		277	1.492	172.347	105.391
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	9	-	-	30.335	30.487
Financiamentos	11	-	-	695.604	725.768
Provisão para desmobilização	8	-	-	21.451	17.076
Outros passivos não circulantes		-	-	28.215	-
		-	-	775.605	773.331
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	12				
Capital social		429.578	502.785	429.578	502.785
Reservas de lucros		-	11.301	-	11.301
Prejuízos acumulados		(7.208)	-	(7.208)	-
		422.370	514.086	422.370	514.086
TOTAL		422.647	515.578	1.370.322	1.392.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SOLAIREDIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ Nº 22.800.301/0001-32 | NIRE Nº 35 3 0047943 2
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	13	-	-	183.691	181.867
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	8	-	-	(47.433)	(38.893)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(11.483)	(10.340)
Serviços de terceiros		(83)	-	(23.860)	(20.891)
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(84)	(156)
Energia elétrica comprada		-	-	(10.836)	-
Outros		-	-	(8.601)	(9.057)
		(83)	-	(102.297)	(79.337)
LUCRO BRUTO		(83)	-	81.394	102.530
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(120)	(820)	(1.216)	(8.697)
Outras receitas operacionais líquidas		-	-	-	3.105
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	7	(9.414)	21.756	-	-
Amortização da mais valia		-	-	-	-
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(9.617)	20.936	80.178	96.938
Resultado financeiro					
Renda de aplicações financeiras		2.048	3.839	25.458	20.547
Renda de depósitos vinculados		-	-	1.003	-
Juros e VM sobre financiamentos	11	-	-	(70.915)	(79.717)
Juros e VM sobre provisões para desmobilização	8	-	-	(676)	-
Juros sobre fornecedores, líquido de PIS e Cofins		-	-	(5.520)	(15)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas		200	174	(310)	(715)
		2.248	4.013	(50.960)	(59.900)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(7.369)	24.949	29.218	37.038
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto corrente	14	(463)	(736)	(37.574)	(12.791)
Imposto diferido		-	-	524	(34)
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(7.832)	24.213	(7.832)	24.213

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(7.832)	24.213	(7.832)	24.213
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(7.832)	24.213	(7.832)	24.213

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SOLAIREDIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ N° 22.800.301/0001-32 | NIRE N° 35 3 0047943 2
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendos adicionais		
Saldos em 31.12.2021		502.785	-	-	-	(11.725)	491.060
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	24.213	24.213
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	624	-	-	(624)	-
- Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.187)	(1.187)
- Reserva de retenção de lucros		-	-	10.677	-	(10.677)	-
Saldos em 31.12.2022	12	502.785	624	10.677	-	-	514.086
Redução de capital		(73.207)	-	-	-	-	(73.207)
Dividendos intermediários		-	-	(10.677)	-	-	(10.677)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(7.832)	(7.832)
Absorção do prejuízo do exercício		-	(624)	-	-	624	-
Saldos em 31.12.2023	12	429.578	-	-	-	(7.208)	422.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SOLAIRE DIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ Nº 22.800.301/0001-32 | NIRE Nº 35 3 0047943 2
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos	(7.369)	24.949	29.218	37.734
Conciliação do lucro com o caixa das operações:				
Resultado de participação societária	9.414	(21.756)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	47.433	39.210
Impairment	-	-	45.061	-
Indenização de seguros	-	-	(131.328)	-
Juros e VM sobre financiamentos	-	-	70.915	79.717
Juros e VM sobre provisões para desmobilização	-	-	676	117
Juros sobre fornecedores, líquido de PIS e Cofins	-	-	5.520	15
Renda de depósitos vinculados	-	-	(1.003)	(872)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	58.653	19.464
Outros	-	-	(31)	(2.930)
Resultado ajustado	2.045	3.193	125.114	172.455
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(938)	(1.118)
Adiantamentos a fornecedores	-	-	4.266	665
Outros ativos	(272)	(271)	(7.699)	(1.388)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	275	(111)	3.668	(2.606)
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	36.074	4.705
Outros	(283)	(42)	25.975	7.156
Caixa líquido das operações	1.765	2.769	186.460	179.869
Pagamentos de juros sobre financiamentos	-	-	(45.875)	(46.525)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(483)	(716)	(16.327)	(13.660)
Caixa líquido das atividades operacionais	1.282	2.053	124.258	119.684
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	50.287	-	-	-
Venda de ativo imobilizado	-	-	-	68
Aumento de capital em controladas	(293)	-	-	-
Aplicação no imobilizado e intangível	-	-	(1.421)	(22.291)
Caixa líquido das atividades de investimento	49.994	-	(1.421)	(22.223)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Redução de capital	(73.207)	-	(73.207)	-
Pagamento de financiamentos	-	-	(51.806)	(50.674)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	90	-
Dividendos pagos	(11.864)	-	(11.864)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	(85.071)	-	(136.787)	(50.674)
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(33.795)	2.053	(13.950)	46.787
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	34.397	32.344	227.751	179.116
Saldo final	602	34.397	213.801	225.903
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa	(33.795)	2.053	(13.950)	46.787

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



SOLAIREDIRECT HOLDING BRASIL S.A.
CNPJ Nº 22.800.301/0001-32 | NIRE Nº 35 3 0047943 2
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Solairedirect Holding Brasil S.A. (“Companhia” ou “Solairedirect Holding”), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo (SP), foi constituída em 07.07.2015, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

Atualmente, a Solairedirect Holding é controladora das seguintes empresas, as quais compõem o Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu:

Empresa	Projeto Fotovoltaico	Capacidade Instalada (MW) ¹	Garantia física (MW médios)	Participação no capital integralizado e votante (%)	
				31.12.2023	31.12.2022
ENGIE Solar Floresta I Geração Centralizada SPE S.A.	Floresta I	32	9,4	100	100
ENGIE Solar Floresta II Geração Centralizada SPE S.A.	Floresta II	32	9,4	100	100
ENGIE Solar Floresta III Geração Centralizada SPE S.A.	Floresta III	22	6,3	100	100
ENGIE Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu I	33	8,5	100	100
ENGIE Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu II	33	8,5	100	100
ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu III	33	8,5	100	100
ENGIE Solar Paracatu IV Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu IV	33	8,5	100	100

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

As controladas da Companhia compõem o Consórcios Floresta e Paracatu, o qual é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada em suas operações. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidas diretamente nas demonstrações financeiras da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios, detalhados a seguir:

Consórcio Paracatu:

Paracatu I – 25%

Paracatu II – 25%

Paracatu III – 25%

Paracatu IV – 25%

Consórcio Floresta:

Floresta I – 37,5%

Floresta II – 37,5%

Floresta III – 25%

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia”), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades das usinas.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.



Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 30.04.2024.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, Solairedirect Holding, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; e (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os



custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, os bens do ativo imobilizado com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda (*impairment*) é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras.

i) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcios Floresta e Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.



As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2023. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50			
Este Pronunciamento substituiu a norma anteriormente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	07.05.2021	01.01.2023	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20			
Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadoria.	01.04.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37, aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 22			
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos; e CPC 41 – Resultado por ação.	04.08.2023	01.01.2023	Sem impactos relevantes.

l) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2024, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 23			
Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; e CPC 06 (R2) – Arrendamentos.	04.08.2023	01.01.2024	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24			
Em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores, foram realizadas alterações em Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2) – demonstração dos fluxos de caixa. CPC 32 – tributos sobre o lucro e CPC 40 (R1) – instrumentos financeiros (evidenciação).	01.12.2023	A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem.	Não aplicável à Companhia.



NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e depósitos bancários à vista	77	-	22.305	19.731
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	525	34.397	191.496	208.020
	602	34.397	213.801	227.751

A Companhia e suas controladas são participantes do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais. A rentabilidade média do fundo nos anos de 2023 e 2022 foi de cerca de 99,7% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2023, a Companhia e suas controladas mantinham R\$ 19.312 (R\$ 18.374 em 31.12.2022) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

O modelo do setor elétrico brasileiro conta, desde 2008, com a Energia de Reserva, destinada a elevar a segurança no fornecimento no Sistema Interligado Nacional (SIN). A energia de reserva é oriunda de usinas especialmente contratadas para este fim, de forma complementar ao montante contratado no ambiente regulado (ACR).

A regulamentação do mecanismo deu-se pelo Decreto no 6.353, de 16 de janeiro de 2008, e o início da comercialização ocorreu um ano mais tarde. A CCEE passou a representar os agentes de consumo desta energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes e pela gestão da Conta de Energia de Reserva.

Esta modalidade de contratação é formalizada mediante a celebração dos Contratos de Energia de Reserva (CER), entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE – na condição de representante dos agentes de consumo, incluindo os consumidores livres, aqueles referidos no § 5º do art. 26 da Lei no 9.427/1996 e os autoprodutores.

Os Contratos de Uso de Energia de Reserva (CONUER) são celebrados entre a CCEE e os agentes de consumo, distribuidores, consumidores livres e consumidores especiais, em decorrência dos Contratos de Energia de Reserva (CER), estes celebrados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE.

Para a operação descrita acima, não há constituição de Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), pois a CCEE efetua os pagamentos mensais constantes em contrato, apurando eventuais diferenças entre a energia contratada e a fornecida ao final de cada ano do contrato, e aplicando os ajustes necessários no ano seguinte.

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2023, a Companhia mantinha, no consolidado, R\$ 27.045 (R\$ 26.132 em 31.12.2022) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamentos. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 7. INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora							
	Saldos em 31.12.2021	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2022	Dividendos	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2023
Floresta Holding	202.880	(1.976)	20.791	221.695	(46.200)	293	18.319	194.107
Paracatu Holding	250.849	-	965	251.814	-	-	(27.733)	224.081
	453.729	(1.976)	21.756	473.509	(46.200)	293	(9.414)	418.188



b) Informação das subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2023

	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro do exercício	Participação (%)
Floresta Holding	174.329	195.865	1.758	194.107	18.319	100
Paracatu Holding	256.788	224.097	16	224.081	(27.733)	100

NOTA 8. IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado				
	31.12.2023			31.12.2022	
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	4,1%	5.732	(1.098)	4.634	-
Máquinas e equipamentos	4,1%	1.077.238	(198.533)	878.705	1.027.427
Direito de uso de arrendamentos	10,2%	35.303	(3.429)	31.874	32.085
Outros	4,6%	55	(9)	46	336
		1.118.328	(203.069)	915.259	1.059.848
Em curso		17.193	-	17.193	15.846
		1.135.521	(203.069)	932.452	1.075.694

b) Mutação do ativo imobilizado

	Consolidado					
	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2021	-	1.061.437	248	29.316	-	1.091.001
Ingressos	-	30.154	677	-	15.447	46.278
Transferências	-	(3.519)	(148)	-	-	(3.667)
Remensuração	-	(4.204)	-	1.484	4.205	1.485
Vendas	-	(3.295)	-	2.282	-	(1.013)
Baixas	-	(15.245)	(414)	-	(3.806)	(19.465)
Depreciação	-	(37.901)	(27)	(997)	-	(38.925)
Saldos em 31.12.2022	-	1.027.427	336	32.085	15.846	1.075.694
Ingressos	-	-	-	-	1.419	1.419
Desmobilização	-	3.730	-	-	-	3.730
Impairment	-	(45.061)	-	-	-	(45.061)
Transferências	4.869	(4.509)	(288)	-	(72)	-
Baixas	-	(58.653)	-	-	-	(58.653)
Depreciação	(235)	(44.229)	(2)	(1.059)	-	(45.525)
Remensuração	-	-	-	848	-	848
Saldos em 31.12.2023	4.634	878.705	46	31.874	17.193	932.452

c) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. Em 2023 foi reconhecido um *impairment* de R\$ 45.061 em decorrência de fortes ventos na região dos quatro parques do Conjunto Fotovoltaico Paracatu, parte dos *trackers* e módulos fotovoltaicos foram sinistrados. Maiores detalhes, vide Nota 16 – Seguros



d) Provisão para desmobilização

Em 2022, as controladas da Companhia reconheceram em seu imobilizado a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus parques fotovoltaicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos e de restauração do local ao final do prazo de autorização. A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente foi 10,2%, baseado nas taxas de títulos públicos com vencimento similar ao do término das autorizações. O saldo da provisão para desmobilização registrada no passivo não circulante do consolidado em 31.12.2023 era de R\$ 21.451 (R\$ 17.076 em 31.12.2022), a variação do saldo é decorrente de juros e variação monetária de R\$ 676 registrada no resultado de 31.12.2023.

e) Autorizações do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração das usinas solares fotovoltaicas Paracatu I, Paracatu II, Paracatu III e Paracatu IV, com capacidade instalada de 132 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 04.2016. E, também, é detentora da autorização para exploração das usinas solares fotovoltaicas Floresta I, Floresta II e Floresta III, com capacidade instalada de 86 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 06.2016.

NOTA 9. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Arrendamentos a pagar	-	-	33.661	30.636
Fornecedores	275	-	22.808	15.797
	275	-	56.469	46.433
Passivo circulante	275	-	26.134	15.946
Passivo não circulante	-	-	30.335	30.487
	275	-	56.469	46.433

NOTA 10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA e da TJLP, em decorrência dos financiamentos contratados por suas controladas.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia em vigor possuem cláusulas de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à variação inflacionária. A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, os financiamentos contratados tendem a estarem protegidos pelos contratos de energia.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2024 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

	Variação	Cenário	Sensibilidade		
	12 meses	Provável	Provável	$\Delta + 25\%$ ⁽¹⁾	Administração
Risco de variação das taxas de juros e índices	31.12.2023	31.12.2024			
IPCA	4,6%	3,9%	-0,7 p.p.	1,0 p.p.	0,1 p.p.
TJLP	6,6%	6,5%	-0,1 p.p.	1,6 p.p.	0,1 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2024.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2023 e os previstos no cenário provável para 2024, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais



sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível na taxa de juros e índices flutuantes para 2024. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2024, em comparação com o ano de 2023, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Consolidado			
	Saldo em 31.12.2023	Provável	Δ + 25%	Administração
Financiamento				
IPCA	506.226	3.146	(4.252)	(415)
TJLP	244.245	61	(2.782)	(185)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022
Dívida	750.471	777.237
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(27.045)	(26.132)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(213.801)	(227.751)
Dívida líquida	509.625	523.354
Patrimônio líquido	422.370	514.086
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	1,2	1,0

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2023, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2023. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.



	Consolidado				
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	26.253	6.890	6.890	85.179	125.212
Financiamento	95.495	181.051	168.529	610.645	1.055.720
	121.748	187.941	175.419	695.824	1.180.932

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	525	34.397	191.496	208.020
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	77	-	22.305	19.731
Contas a receber de clientes	-	-	19.312	18.374
Depósitos vinculados	-	-	27.045	26.132
	602	34.397	260.158	272.257
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	275	-	56.469	46.433
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	60.096	24.022
Financiamento	-	-	750.471	777.237
	275	-	867.036	847.692

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 11. FINANCIAMENTOS

a) Mutação dos financiamentos

	Total
Saldo em 31.12.2021	794.719
Juros e variação monetária	79.717
Amortização do principal	(50.674)
Amortização de juros	(46.525)
Saldo em 31.12.2022	777.237
Juros e variação monetária	70.915
Amortização do principal	(51.806)
Amortização de juros	(45.875)
Saldo em 31.12.2023	750.471
Passivo circulante	54.867
Passivo não circulante	695.604
	750.471



b) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Consolidado
2025	53.059
2026	53.059
2027	53.059
2028	53.059
2029 a 2033	265.295
2034 a 2035	218.073
	695.604

c) Condições contratadas

Condições de pagamento				
Banco	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldos em 31.12.2023
BNDES	IPCA + 4,98% a.a.	10.2038	Mensais a partir de 11.2018	506.226
BNDES	TJLP + 2,15% a.a.	10.2036	Mensais a partir de 06.2019	244.245
				750.471

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta ENGIE Solar Floresta Geração Centralizada Holding S.A., ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ \geq 1,30

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida.

Devido a ocorrência de evento climático que gerou danos aos ativos (mais detalhes vide Nota 16 – Seguros), os compromissos financeiros estabelecidos no financiamento não foram atingidos. Entretanto, durante o ano de 2023, o BNDES formalizou que o referido descumprimento não acarretaria a antecipação do vencimento das dívidas.

NOTA 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2023 era de R\$ 429.578 (R\$ 502.785 em 31.12.2022), representado por 429.577.656 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 429.577.656 pertencem à controladora Solairedirect Holding Brasil S.A.

b) Reservas legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos dos exercícios de 2023 e 2022 estão apresentadas a seguir:



	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo dos dividendos ajustada		
Lucro líquido do exercício	(7.832)	24.213
Reserva legal	-	(624)
Lucro líquido do exercício ajustado para fins de dividendos	(7.832)	23.589
Dividendos mínimos obrigatórios (10%)	-	1.187
Total dos dividendos anuais	-	1.187

d.1) Mutação dos dividendos

Saldo em 31.12.2021	-
Dividendos mínimos obrigatórios	1.187
Saldo em 31.12.2022	1.187
Dividendos intermediários	10.677
Pagamento de dividendos	(11.864)
Saldo em 31.12.2023	-

NOTA 13. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2023	2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	169.270	208.678
Indenização de seguros	20.540	-
Transações no mercado de curto prazo	-	648
Outras receitas (performance negativa)	714	(19.818)
	190.524	189.508
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(6.833)	(7.641)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	183.691	181.867

Em 2023, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 32.737 (R\$ 6.498 em 2022), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2023, apresentava saldos de R\$ 60.096 (R\$ 24.022 em 31.12.2022).

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das usinas pertencentes ao Conjunto Fotovoltaico Floresta. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia.

Leilão	Tipo	Critérios de reconhecimento
8º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	<p>Cálculo: diferença entre energia contratada e energia gerada.</p> <p>Valoração: o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%.</p> <p>Pagamento: 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.</p>



NOTA 14. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Consolidado			
	2023		2022	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	169.270	169.270	208.209	208.209
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	13.542	20.312	16.657	24.985
Receita financeira	26.461	26.461	20.547	20.547
Receita extraordinária	20.540	20.540	-	-
Outros	48.245	48.245	(1.892)	(1.227)
Base de cálculo	108.788	115.559	35.312	44.305
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(16.318)	(10.400)	(5.297)	(3.986)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	(10.856)	-	(3.508)	-
Imposto de renda e contribuição social - resultado	(27.174)	(10.400)	(8.805)	(3.986)

NOTA 15. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2023, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R\$ 140.633.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos de operação e manutenção, vigente até 2041. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2023, era de R\$ 75.486.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão de energia reserva (LER), em 31.12.2023, era de R\$ 3.176.559.

NOTA 16. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. O Conjuntos Fotovoltaicos Floresta e Paracatu participa da referida apólice no montante de R\$ 872.863 para danos materiais e R\$ 228.899 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2024.

Indenização de seguros

No dia 02.04.2023, ocorreu evento climático nos quatro parques de Paracatu em decorrência de ventos fortes na região, causando danos ao ativo. Após estudos prévios, a seguradora emitiu relatório preliminar reconhecendo o sinistro e confirmando a cobertura pela apólice vigente naquela data. Com a confirmação da ocorrência do sinistro, a cobertura dos danos materiais e lucros cessantes e o parecer favorável para o adiantamento parcial da indenização concedido pela seguradora, a Companhia concluiu que o evento é certo e se tornou recebível, realizando o reconhecimento no resultado. Em dezembro 2023, a Companhia reconheceu a indenização do seguro até o limite dos gastos do período para refletir os efeitos das transações. Desta forma, foram reconhecidos em 2023 os seguintes montantes relacionados aos danos materiais e lucros cessantes:



	<u>31.12.2023</u>
Receita operacional líquida	20.540
Custos operacionais	7.125
Outras receitas operacionais, líquidas	45.061
Outras despesas operacionais, líquidas	58.602
	<u>131.328</u>



(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023, da Solairedirect Holding Brasil S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva

Diretora Administrativo e Financeiro

Sérgio Roberto Maes

Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Talisa Rezzieri

Contadora - CRC SC 036392/O-4



Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da
Solairerect Holding Brasil S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Solairerect Holding Brasil S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

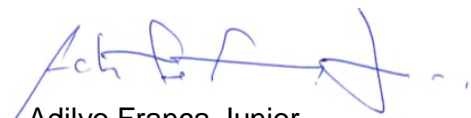
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 30 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F-0



Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O